

humanitas

Vol. XIX Ž J

IMPrensa DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
INSTITUTO DE ESTUDOS CLÁSSICOS

HVMANITAS

VOLS. XIX E XX



COIMBRA
MCMLXVII-LXVIII

e longo. 4.º — Para documentar a evolução de *hac hora* (p. 101) em vez de recorrer ao antigo espanhol, podia antes mencionar-se *agora*, a única forma existente em português. 5.º — É certo que *hostis* substituiu em algumas línguas românicas *exercitus*; mas não é justo dizer «de *exercitus* que desapareceu» (p. 106). A documentação está o seu descendente directo em português *exército*, se bem que a nossa língua também guarde o seu sinónimo *hoste*, mas apenas no uso literário. 6.º — Iguamente não foi total a supremacia de *testa* sobre *caput* (p. 107). Os portugueses ainda têm *cabeça*... 7.º — A generalização de *patres* em vez de *parentes* não é fenómeno esporádico (p. 109). Um dos valores exactos do português *pais* é precisamente o de *parentes* em latim; em contrapartida o português *parentes* subsistiu como evolução semântica equivalente ao plural latino *propinqui*. 8.º — E para não *sobre carregarmos* este parágrafo de pequenas correcções, diremos finalmente que um bom exemplo da adopção do «tardio» *carricare* é o português *carregar*, bem mais claro que o francês *charger* ou mesmo que o espanhol *cargar*.

J. GERALDES FREIRE

DAG NORBERG — *Manuel pratique de latin médiéval*. Éditions A. & J. Picard & C.^{ie}, Paris, 1968, 212 pp.

Quem deseje estudar a *Literatura Latina* na Idade Média tem, desde há muito, bons manuais. Mencionemos apenas um já antigo, mas útil pela riqueza das suas informações de pormenor, o de G. Gröber, aparecido em 1902 e reeditado em 1963; o mais desenvolvido e sistemático de todos, o de M. Manitius, em três grossos volumes (de 1911, 1923 e 1931 respectivamente); e o resumo, ainda recente (1963) de J.-P. Foucher, na colecção «Que sais-je?», n.º 1043. Não existe, porém, a mesma abundância no que respeita à *Lingua Latina* na Idade Média. Para esta, há *introduções* apreciáveis, como a de K. Strecker (³1965) ou a de K. Langosch (1963), mas *manuals* sistemáticos sobre a constituição e evolução do Latim Medieval, esses faltam-nos. Por isso mesmo, mais é de apreciar este volume da colecção «Connaissance des Langues», a qual, em boa hora, escolheu o professor da Universidade de Estocolmo Dag Norberg, que estava bem preparado para se adaptar à orientação dada à série de «manuais práticos». Com efeito, o Prof. Norberg desde 1943 se começou a notabilizar pelos seus estudos no campo do latim tardio e medieval. Este seu trabalho divide-se em duas partes distintas: a primeira (pp. 13-92) dedicada às diversas fases da língua; e a segunda (pp. 93-199) constituída por uma antologia comentada.

Para assentar bem as bases do latim medieval, começou o A. por descrever o estado da língua latina no chamado período tardio (do século III ao fim do Império), incluindo a contribuição já então dada pelo cristianismo. Depois, criteriosamente, estuda as circunstâncias especiais que determinaram a evolução em cada uma das regiões da România até por volta do ano 1000. Assim vemos delinear-se as características principalmente fonéticas e de vocabulário que eram próprias da Gália,

da Itália, da África, da Hispânia e das Ilhas Britânicas. A reforma carolínea com o seu surto renovador merece, como é evidente, lugar de relevo. A partir do século XI pode dizer-se que, com o nascimento das línguas nacionais, o latim se tinha fixado numa forma comum a toda a Res Publica Christiana. Até ao século XIV o latim foi uma língua viva que contribuiu para a unificação cultural da Europa. Justifica-se também o lugar dado à Escolástica, com o seu esforço para fornecer ao latim um vocabulário enriquecido em termos filosóficos e teológicos. Como o A. muito bem salienta (p. 71), o século XII representa uma época de esplendor e de grande perfeição no domínio do latim, graças ao estudo de bons clássicos como Cícero, Virgílio e Ovídio. Mas o conhecimento destes autores não levou então à imitação servil. Por estranho que pareça, o que matou o latim como língua viva foi precisamente o Renascimento, com o culto especioso da construção sintáctica e da métrica segundo os modelos clássicos. A partir do século XV a história da língua latina deixa quase de ter interesse. Pouco de novo se cria, exactamente porque a intenção era voltar ao glorioso passado da Roma dos séculos I, antes e depois de Cristo.

A exposição de Norberg dá especial relevância à poesia tanto na época carolínea (pp. 56-67) como após o ano 1000 (pp. 74-86). Não admira este desenvolvimento, primeiro porque o A. tem trabalhos altamente especializados sobre a versificação medieval; e em segundo lugar porque o exercício poético deu azo às mais maravilhosas, engenhosas e artificiosas combinações e técnicas. Permite-se-nos transcrever aqui apenas um exemplo de *uersus retrogradí*, pelo que têm de domínio da língua e de pitoresco (p. 77). Eis um distico elegíaco em louvor do hospedeiro:

*Hospitibus pius est nec uendit fercula, donat
Pocula gratis nec hic negat hospitium.*

Se lermos, porém, estes versos do fim para o princípio, teremos novo distico, também perfeito, mas de sentido muito contrário à virtude da hospitalidade:

*Hospitium negat hic nec gratis pocula donat,
Fercula uendit nec est pius hospitibus.*

Na exposição de Norberg fala-se frequentemente de poesia métrica e rítmica. Quanto a nós, estes termos são ambíguos, por serem polivalentes. Toda a poesia clássica e medieval foi métrica (porque obedecia a uma prosódia e a esquemas métricos) e rítmica (pois pretendia sujeitar-se a combinações de ritmo previamente estabelecidas). Haverá toda a vantagem em falar sempre e sistematicamente, em ordem a uma perfeita distinção, em poesia quantitativa (baseada na quantidade longa ou breve das sílabas) e poesia intensiva (que se sujeita ao acento e por vezes à rima). Verdade seja que Norberg não desconhece, e até por vezes usa, a classificação que nós preferimos. Mas nem sempre... e isso pode causar confusões.

As pp. 39-42 são dedicadas ao latim «en Espagne», no princípio da Idade Média. Julgamos não ser excesso de nacionalismo desejar que em vez de *Espanha* se usasse antes sempre *Hispania*, para os períodos que vão até ao século XII. É que por «latim hispânico» dever-se-á entender o dos autores e inscrições da actual Espanha e também o «lusitano», se quisermos restringir-nos, em grandes linhas, à área actualmente ocupada por Portugal. Com toda a justiça são citados neste capítulo principal-

mente trabalhos dos professores Diaz y Diaz e Bastardas Parera. Gostaríamos, porém, de ver ainda mencionados os estudos de J. Leite de Vasconcelos (nas *Lições de Filologia Portuguesa*, Lisboa, 1926) que trata (pp. 11-14 e 117-130) do «latim lusitânico»; de Serafim da Silva Neto (na *História da Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro, 1952, pp. 161-315) que também caracteriza o «latim hispânico»; de José Pedro Machado, que nas *Origens do Português* (Lisboa, 1967), trata (pp. 81-128) do vocabulário pré-romano incluído no «latim hispânico»; de Francisco José Velozo que, a propósito de Etéria, aprofunda também o «latim lusitânico» (cf. separata da *Revista de Portugal*, Série A, Língua Portuguesa, vol. XXXI, 1966, pp. 24-31 e 36-47); e ainda Norman P. Sacks, *The latinity of dated documents in the portuguese territory* (Filadélfia, 1941), este último do maior interesse para a história da língua portuguesa.

É ocasião de lançar aqui um apelo aos latinistas portugueses para, além de estudarem uma boa dezena de autores anteriores à invasão árabe, se debruçarem sobre os *Diplomata et chartae*, incluídos nos *Portugaliae Monumenta Historica* (III, 1868-1873), onde estão transcritos 564 documentos datáveis desde 773 a 1100. Além disso, os arquivos de antigas igrejas e mosteiros guardam muito material para publicar e a estudar. O que até aqui se tem feito no campo linguístico é realmente escasso. Mencionemos, no entanto, os trabalhos de Maria Judite Rodrigues, *Diplomata et chartae (séculos VIII-X). Aspectos gráficos, fonéticos, morfológicos e sintáticos do latim medieval em território galego-português* (dissertação de licenciatura apresentada à Faculdade de Letras de Lisboa em 1968) e de Marcelino Pereira, *O latim de alguns documentos da Sé de Coimbra, 1086-1210* (separata da *Revista Portuguesa de História*, VI, 1955, Coimbra).

Num plano mais vasto, o da medicina medieval, não devem ser omitidas as traduções e um artigo da doutora Maria Helena da Rocha Pereira, «Notes lexicographiques sur le «Thesaurus Pauperum»» (extrait de *ALMA*, XXIV (1954), pp. 227-270).

É tempo de nos referirmos, sumariamente à segunda parte da obra de Dag Norberg. Muito gratos temos de lhe estar por, após uma sistematização teórica e diacrónica, nos apresentar uma selecção de textos devidamente comentados. Este mesmo processo foi aplicado, com grande proveito para nós, por vários estudiosos do «latim vulgar». Tanto C. H. Grandgent, como Haadsma e Nuchelmans, como V. Väänänen (este só na 2.^a edição, 1967), após as suas *introduções* nos oferecem uma selecta de textos «vulgares», com comentários a remeterem frequentemente para os parágrafos expositivos. Além disso, não é difícil encontrar *antologias* como a de G. Rohlfs ou de M. C. Diaz y Diaz que, sem exposição prévia, acrescentam em nota oportunos comentários. Pelo contrário, para o «latim medieval» com dificuldade se encontra uma antologia didáctica satisfatória.

D. Norberg seleccionou 16 textos de uma vasta Literatura, que abrange mil anos e muitos milhares de produções, e acrescentou, a cada um deles, na ocasião própria, um comentário que pode revestir carácter histórico, sintáctico, lexical, estilístico, morfológico, fonético, ortográfico, prosódico, métrico ou de busca de fontes, segundo as necessidades. Por nossa parte desejaríamos bem que as explicações fossem ainda mais abundantes. Ver textos pelos olhos e sensibilidade de Norberg é enriquecermos o nosso sentido de apreciação, a justeza do esclarecimento, o gosto literário.

Isto não quer dizer que num ou noutro ponto não discordemos da solução

apresentada. As fontes bíblicas e litúrgicas podiam ser mais aprofundadas. A referência aos «sibyllinis uersibus» (pp. 178-179) não necessitaria de remeter para o *De ciuitate Dei* de Santo Agostinho. A Idade Média conhecia suficientemente o Virgílio da Eneida e da IV Bucólica para neste ponto dispensar intermediários.

A propósito de uma expressão como *de illo pane* (pp. 119-120) recorda-se-nos o valor partitivo da preposição *de* em frases deste tipo. E sobre *ille* faz-se uma breve digressão sobre a perda do valor demonstrativo deste pronome. O «enfraquecimento do demonstrativo, diz, está na origem do desenvolvimento do artigo definido». Cremos que tal enfraquecimento pode fazer-se remontar mais atrás que «à época imperial». Ocorre-nos um verso de Catulo, numa célebre composição (LXXVI, 23): *Non iam illud quaero, contra ut me diligit illa*, em que *illa* tem nitidamente valor de pronome pessoal *ela*, e *quaero* não está longe do significado do português *quero*. Cita ainda Norberg um passo (*Macarius ille Aegyptius*) das *Vitae Patrum* (6, 3, 4), isto é, da tradução dos *apophthegmata* atribuída ao subdiácono de Roma, João (século VI) em que *ille* anuncia «a evolução futura», a qual, segundo afirma, virá a deixar entrever a existência do artigo nas línguas românicas «apenas no século VIII». Ora nós temos vários exemplos de Pascásio de Dume em que o artigo definido grego é claramente traduzido por *ille*. Eis dois, citados segundo a numeração da edição crítica por nós preparada: «Nemo inuentus est qui perdidisset *illum* solidum = τὸ νόμισμα (XLIV, 3); «Tunc *ille* frater dixit = ὁ ἀδελφός (XLVI, 8). É evidente que para Pascásio, que traduzia por volta de 555, perto de Braga (hoje Portugal), o artigo definido grego tinha um equivalente perfeito no latino *ille*, o qual nestes casos não precisa sequer que se lhe atribua qualquer valor anafórico.

Estas observações, às quais poderíamos juntar mais algumas outras, não invalidam, no entanto, o mérito extraordinário que têm os comentários de Dag Norberg. Lê-los é um autêntico prazer e uma sedutora lição.

J. G. F.

ÅKE FRIDH — *Le problème de la passion des saintes Perpétue et Félicité*, *Studia Graeca et Latina Gothoburgensia*, XXVI, Göteborg 1968, 91 pp.

Quem, sob o nome de Perpétua, consultar Florilégios de Santos ou ler as biografias incluídas no Calendário Romano a 6 de Março, poderá julgar que por detrás da feição edificante destas descrições não há problemas de maior. O martírio é colocado, geralmente, no ano de 203, em Cartago. O nome de Tertuliano aparece com frequência citado como o do Redactor. Outra será já a atitude de quem compulsar uma edição crítica da *Passio Sanctarum Perpetuae et Felicitatis*, como a que temos presente ao traçar estas linhas, da autoria de Cornelius van Beek (Dekker & Van de Vegt, Noviomagi, 1936), acrescida do texto, também criticamente estabelecido, dos *Acta Sanctarum Perpetuae et Felicitatis*. Então fica-se surpreendido com a